



Omni S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 18.846.364/0001-52

Soluções Financeiras

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras da Omni S.A. Arrendamento Mercantil, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre a demonstração financeira. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, ou, o aprovado em Assembleia Geral. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O patrimônio líquido da Instituição ao final do exercício é R\$ 11.357 mil (R\$ 10.897 mil em 2016). O lucro no exercício é R\$ 1.060 mil (R\$ 688 mil em 2016). São Paulo, 28 de fevereiro de 2018. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		1.941	3.475	Circulante		11.345	17.423
Disponibilidades		20	223	Depósitos		1.500	7.516
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.501	–	Depósitos interfinanceiros		1.500	7.516
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.501	–	Outras obrigações	12	9.845	9.907
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos				Fiscais e previdenciárias		1.181	428
Carteira própria	6	1.324	2.436	Diversas		1.107	842
Operação de arrendamento mercantil		1.324	2.436	Credores por antecipação de valor residual		8.557	8.637
Operação de arrendamento a receber - setor privado		2.828	4.403	Exigível a longo prazo		9.836	9.743
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.668)	(4.133)	Outras obrigações	12	9.836	9.743
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.544)	(605)	Fiscais e previdenciárias		2.597	3.014
Outros créditos	8	456	1.034	Credores por antecipação de valor residual		7.239	6.729
Instituições a compensar		409	943	Resultado de exercícios futuros		520	951
Diversos		47	691	Resultado de exercícios futuros		520	951
Outros valores e bens	10	24	117	Patrimônio líquido	13	11.957	10.897
Despesas antecipadas		24	117	Capital		10.000	10.000
Realizável a longo prazo	7	3.559	2.085	De domiciliados no País		10.000	10.000
Operação de arrendamento mercantil	7	(689)	(1.352)	Reserva de lucros		1.957	897
Operação de arrendamento a receber - setor privado		(2.047)	(4.727)	Total do Passivo/Patrimônio líquido		33.658	39.014
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.047)	(4.727)				
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(689)	(1.352)				
Outros créditos	9	4.248	3.437				
Diversos		4.248	3.437				
Permanente	11	28.158	33.454				
Imobilizado de arrendamento	11	28.158	33.454				
Bens arrendados		26.769	31.773				
Superfície de depreciação		10.387	12.053				
Depreciações acumuladas		(8.999)	(10.372)				
Total do ativo		33.658	39.014				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de legal	Especiais	Lucro/Prejuízo acumulados	Total
Saldos no início do exercício de 2016		10.000	19	190	–	10.209
Lucro do exercício		–	–	–	688	688
Destinações do lucro:						
Reserva legal		–	34	–	(34)	–
Reserva de lucros		–	–	654	(654)	–
Saldos no fim do exercício de 2016		10.000	53	844	–	10.897
Saldos no início do exercício de 2017		10.000	53	844	–	10.897
Lucro do exercício		–	–	–	1.060	1.060
Destinações do lucro:						
Reserva legal		–	53	–	(53)	–
Reserva de lucros		–	–	1.007	(1.007)	–
Saldos no fim do exercício de 2017		10.000	106	1.851	–	11.957
Saldos no início do 2º semestre de 2017		10.000	77	1.300	–	11.377
Lucro do semestre		–	–	–	580	580
Destinações do lucro:						
Reserva legal		–	29	–	(29)	–
Reserva de lucros		–	–	551	(551)	–
Saldos no fim do exercício de 2017		10.000	106	1.851	–	11.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omni S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 02 de março de 2012 e autorizada pelo BACEN em 05 de setembro de 2012 através do Ofício 00066/2012. A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

A demonstração financeira foi elaborada com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de demonstração financeira, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A autorização para a conclusão da demonstração financeira foi dada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-terra para as aquelas de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores há 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Estimativas contábeis:** A demonstração financeira foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração da demonstração financeira. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo: Títulos e valores mobiliários:** Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.089/01 do Banco Central do Brasil a carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período, independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **iii. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram na categoria negociação nem com o propósito de serem mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição menos os ajustes pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **e. Operações de arrendamento mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: (a) Não cancelamento; (b) opção de compra; e (c) atualização préfixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue: **i) Arrendamento a receber:** refletidem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balançar ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual" até a data do término contratual O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atenuação igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com o método de opção de compra pelo arrendatário. **iii) Imobilizado de arrendamento mercantil:** O imobilizado de arrendamento mercantil é gerido e reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%. A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil. **iv) Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular E40/2011 nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Conseqüentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício de 2017 uma insuficiência de depreciação no valor de R\$1.666 (superveniência R\$5.678 em 2016). O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 10.387 (R\$ 12.053 em 2016) resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 2.597 (R\$ 3.014 em 2016). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica "Outros Créditos - Diversos". **v) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de retenção excedente de R\$ 120. A Lei nº 13.186, de 06 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, o percentual utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica "Outros Créditos - Créditos Tributários". **g. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2003, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a perda de renda acumuladamente, para registro e manutenção de créditos tributários decorrentes de operações de arrendamento mercantil de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: **• Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.** **• Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.** **h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa. **• Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião de administração e dos consultores jurídicos avaliarem a possibilidade de ocorrência de uma perda. Os casos com risco de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. **• Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2º Semestre 2017	Exercícios 2017	2016
No início do semestre/exercícios	2017	2017	2016
Disponibilidades	9	223	2.469
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	–	–
No final do semestre/exercícios	1.521	1.521	223
Disponibilidades	20	20	223
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.501	1.501	–
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	1.501	1.298	(2.246)

5. APLICAÇÃO INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento: Disponível para venda:

	Até 2017	Valor mercado/ 1 ano	Valor mercado/ Contábil	Valor mercado/ Contábil Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros*	1.501	1.501	–	–
Total	1.501	1.501	–	–

*Aplicação de DI efetuada na Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimento à taxa de 100% CDI, com vencimento em 04 de janeiro de 2018.

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez: Classificadas nas demonstrações de resultados como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º Semestre 2017	Exercícios 2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:	7	7	112
Mercado aberto	–	–	–

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Administradores da Omni S.A. - Arrendamento Mercantil - São Paulo - SP - Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omni S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A Leasing registra as suas operações e elabora suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificando a perda permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3 w. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 0.999/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento: Disponível para venda:

	2017	2016
Valor mercado/ Contábil	1.324	2.436
Valor mercado/ Contábil	1.324	2.436

Refer-se a aplicações em cotas de Fundo de Investimentos junto ao Banco Bradesco S.A., registradas na CETIP S.A., Mercados Organizados com remuneração variável, vencimentos a curto prazo com opção de resgate antecipado.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2017	Exercícios 2017	2016
Quotas de fundo de investimento	32	78	8
Depósitos	7	7	112
Total	39	85	120

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

	2017	2016
Arrendamento a receber - setor privado	4.875	9.130
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(4.715)	(8.960)
Imobilizado de arrendamento	28.158	33.454
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(15.796)	(15.366)
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	12.522	18.358

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99. No saldo findo em 31 de dezembro de 2017 o grupo de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

c) Classificação por atividade

	2017	2016
Bancária	1.042	1.061
Serviços	4.082	5.573
Pessoas Físicas	6.562	11.704
Indústria	836	–
Total	12.522	18.358

c) Diversificação por prazo Setor privado

	2017	2016
Vencidos a partir de 15 dias	1.236	1.047
A vencer até 90 dias	1.941	3.274
A vencer de 3 meses a 1 ano	5.139	6.672
A vencer de 1 a 5 anos	4.144	7.967
Total	12.522	18.358

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, com requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99 em 31 de dezembro de 2016, estavam assim distribuídos.

	2º Semestre 2017	Exercícios 2017	2016
Saldo Inicial	2.215	1.957	1.597
Constituição	427	1.198	2.176
Reversão	(78)	(78)	(322)
Cancelamento	(331)	(844)	(1.494)
Saldo final	2.233	2.233	1.957

b) Composição por níveis de risco

	2017	2016	
Nível de risco	2.233	2.233	1.957
A	3.574	0,5%	18
B	3.867	3,0%	36
C	936	4,0%	30
D	749	10,0%	75
E	1.108	30,0%	332
F	978	50,0%	489
G	1.10		